

---

## O LOTEAMENTO NA COMUNIDADE RURAL DE CABECEIRAS - MONTES CLAROS/MG: CONFLITOS ENTRE URBANO E O RURAL

*Fabíola Silveira Pinheiro*  
[pinheirofabiola@yahoo.com.br](mailto:pinheirofabiola@yahoo.com.br)  
*Marta Rodrigues Barbosa*  
[marta\\_moc@yahoo.com.br](mailto:marta_moc@yahoo.com.br)  
*Priscilla Caires Santana Afonso*  
[priscillacaires@yahoo.com.br](mailto:priscillacaires@yahoo.com.br)

**Resumo:** A expansão urbana de Montes Claros vem transformando o espaço do município e causando impactos sócio-ambientais. As teorias que estudam as relações entre o urbano e o rural nem sempre explicam todas as dimensões desse processo. A ciência geográfica é uma importante ferramenta para o planejamento de políticas públicas e acreditamos que esse artigo contribuirá para futuros estudos sobre a comunidade de Cabeceiras – Montes Claros/MG.

**Palavras-chave:** Comunidade Cabeceiras, Loteamento, Montes Claros, Rural-Urbano, Planejamento Urbano.

---

<sup>1</sup>Acadêmica da Pós-Graduação “Lato Sensu” em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional – Unimontes. Graduada em Geografia – Unimontes.

<sup>2</sup>Acadêmica da Pós-Graduação “Lato Sensu” em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional – Unimontes. Graduada em Geografia – Unimontes.

<sup>3</sup>Professora do Departamento de Geociências Unimontes. Doutoranda em Geografia – UFU.

## **THE SUBDIVISION IN THE RURAL COMMUNITY OF CABECEIRAS - MONTES CLAROS/MG - CONFLICTS BETWEEN THE URBAN AND RURAL**

**Abstract:** The urban expansion of Montes Claros is transforming the city espace and causing socio-environmental impacts. The theories which studies the relations between the urban and rural not always explain all the dimensions of this process. The geographic science is an important tool for the planning of public policies and we believe that this argument will increase for futures studies about the community of Cabeceiras/Montes Claros-MG.

**Keywords:** Community of Cabeceiras, Subdivision, Montes Claros, Rural-Urban, Urban Planning.

### **Introdução**

A paisagem da comunidade rural de Cabeceiras, localizada no município de Montes Claros/MG vem sendo modificada rapidamente nos últimos anos devido ao processo intenso de urbanização da cidade. A partir dessa constatação e dos conflitos entre antigos e novos moradores surgiu o interesse em analisar as relações entre o rural e urbano que causaram nos últimos anos problemas socioambientais na comunidade. O objetivo desse trabalho é estudar os impactos sócio-ambientais ocasionados pelo loteamento da comunidade rural de Cabeceiras. Essa localiza-se em uma área de fragilidade ambiental por estar no entorno da área de recarga do aquífero da sub-bacia do Pai João.

Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia aplicada consta de revisão bibliográfica, trabalho de campo e entrevista semi-estruturada com os moradores locais realizada de janeiro a maio do ano de 2010, além de entrevista com órgão como Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto de Minas Gerais (COPASA), 3º Cartório de Ofício, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Prefeitura de Montes Claros, órgãos que atuam na área.

Os empreendimentos urbanos cria novos usos do espaço que agravam os problemas ambientais locais. Entendemos que esta é uma área de importância estratégica para o municípios de Montes Claros por ser utilizada para captação de água. Nesse sentido outros estudos de natureza sócio-ambientais são de fundamental importância, de forma a garantir a sustentabilidade do sistema.

## **Teorias do rural e urbano: uma leitura sobre município de Montes Claros**

Pensar o lugar na atualidade (2010) exige de nós reflexões que vão além do local. Em especial, analisar o espaço da comunidade rural de Cabeceiras em Montes Claros/MG implica numa compreensão do que é rural e o que é urbano, e de como é viver no rural com tantas influências do urbano, além de compreender os impactos que os “novos” usos podem causar em espaços peculiares e frágeis.

Na perspectiva geográfica, pensar o urbano e o rural ou na relação campo/cidade exige de nós uma análise multidisciplinar onde a Geografia utiliza de autores das diversas áreas como a Sociologia, a Antropologia e a Filosofia para pensar sobre o tema. Nesse sentido, Endlich, Bernadelli, e Silva (2010) propõem que tal reflexão seja feita a partir da análise das obras de autores como Santos, Lefebvre, Veiga e Rua conforme faremos de forma bastante resumida, no intuito de entender as transformações sócio-ambientais que a urbanização tem trazido para a Comunidade.

Na obra de Santos (2005) a leitura espacial perpassa pela divisão territorial do trabalho que se insere no contexto nacional e internacional. O espaço é transformado a partir do sistema capitalista que desenvolve o meio técnico-científico. Em suas palavras explica

Esse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação. (SANTOS, 2005, p.38)

Pelo exposto, percebemos que o espaço é transformado pelas técnicas, as quais exercem forças para que ocorram à remodelação no meio urbano e conseqüentemente do meio rural. É assim que o autor constrói sua análise de confronto entre campo e cidade e rural e urbano. Para ele as diferenças hoje notadas nos espaços são devidas às tendências da generalização do meio técnico-científico-informacional que colaboram para uma dissolução do rural frente ao processo de urbanização.

Corroborando com o pensamento marxista de Santos (2005), Lefebvre (2002) acredita que as relações sociais definidas no espaço e no tempo são fundamentais para se compreender a relação campo e cidade. É no movimento incessante dessas relações na cidade é que se constrói o urbano. Percebemos então, a diferença entre urbano e cidade. A cidade é a forma o urbano o movimento, o encontro de todos os elementos mais a forma. O rural se manifesta concomitantemente com o urbano, ou ainda, o urbano indica uma sociedade em formação na qual está incluído o rural (ou as atividades denominadas rurais).

Sobarzo (2010, p. 59), faz uma leitura da obra de Lefebvre e argumenta

(...) ao mesmo tempo que a industrialização corrói a cidade, a coloca num novo patamar, fazendo-a explodir. A metáfora da implosão-explosão retrata esse processo, no qual a cidade, em função da industrialização, concentra (pessoas, atividades, riquezas, coisas, objetos, instrumentos, meios, idéias) e projeta fragmentos múltiplos e disjuntos (periferia, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.). A cidade leva tudo para ela e o explode numa dimensão nunca vista; junto á concentração urbana e ao êxodo rural se produz a extensão do tecido urbano e subordinação completa do agrário ao urbano.

Pelo exposto, podemos perceber que na relação urbano-rural acontece a sobreposição do mais forte, o urbano, que corrói o rural que nessa perspectiva tende a desaparecer. As teorias<sup>4</sup> defendidas por Santos (2005) e Lefebvre (2002) sistematizam as idéias de uma corrente de pensamento no Brasil chamada de “Rurbano” ou “Novo Rural Brasileiro”. A frente dessa corrente está José Graziano da Silva, que utiliza do neologismo inglês Rurban com o intuito de demonstrar que no rural brasileiro coexistem dinâmicas e características rurais e urbanas. O rural por sua vez, está fadado ao desaparecimento frente ao grande poder de articulação e organização das cidades. Por outro lado, existem teóricos como José Eli da Veiga (2002), que pensa ser o rural brasileiro muito mais expressivo do que acredita os dados estatísticos oficiais. Um componente marcante em sua obra é a crítica ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que adota uma conceituação distinta dos demais países situados na Europa, América do Sul e dos Estados Unidos para diferenciar o urbano do rural. Segundo o autor, a metodologia utilizada pelo IBGE é obsoleta e leva em consideração somente a densidade demográfica para analisar e conceituar urbano e rural. As cidades, nessa perspectiva, são consideradas “aglomerados a partir de 20 mil pessoas”, não se considerando as estruturas e funcionalidade das mesmas.

Essa metodologia causa sérias distorções como podemos constatar ao analisarmos a região Norte de Minas que possui pequenos distritos com características tipicamente rurais e são considerados áreas urbanas.

Entretanto, Veiga (2002) sugere uma metodologia que também é questionável para estudiosos do tema como Sobarzo (2010), por se centrar em critérios baseados em diferenciações estatísticas (densidade demográfica, atividades econômicas, entre outras).

---

<sup>4</sup>As correntes descritas estão inclusas na teoria do continuum rural-urbano. Essa foi concebida devido ao avanço capitalista, que ocasionou mudanças na relação campo-cidade. Na América Latina esse processo ocorreu de forma mais profunda pós-década de 1960 devido às transformações ocasionadas pela Revolução Verde. Nesse sentido, a teoria da dicotomia rural-urbano havia sido “superada” devido às mudanças das características do espaço urbano e rural ocasionadas pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2005, p. 85).

De todos os pensamentos expostos sobre o tema, preferimos a cautela de João Rua (2001) que propõe novas abordagens capazes de considerar a multiplicidade de inteirações campo e cidade, mas que não considerem que essas sejam responsáveis pelo fim do rural pela urbanização.

Essa abordagem permite, segundo Rua

Trabalha integralmente o rural e o urbano em escala local, regional, nacional, rompendo com o formalismo reducionista do rural definido a priori, por exclusão do urbano, como até aqui, e reforçar o espacial/territorial, mas em complexos espaciais/territoriais mais amplos que permitam ver regiões mais ou menos rurais, cidades em regiões rurais, agropecuária em regiões urbanas (...). (RUA, 2001, p.34).

O autor desenvolve a idéia de trabalhar com o que chama de “urbanidades no rural” (RUA, 2001, p. 41). Essas seriam manifestações do urbano (mas que nem sempre são de origem urbana) em áreas rurais. Isso implica na análise de que nem sempre os espaços que tenham manifestações do urbano sejam necessariamente urbanos.

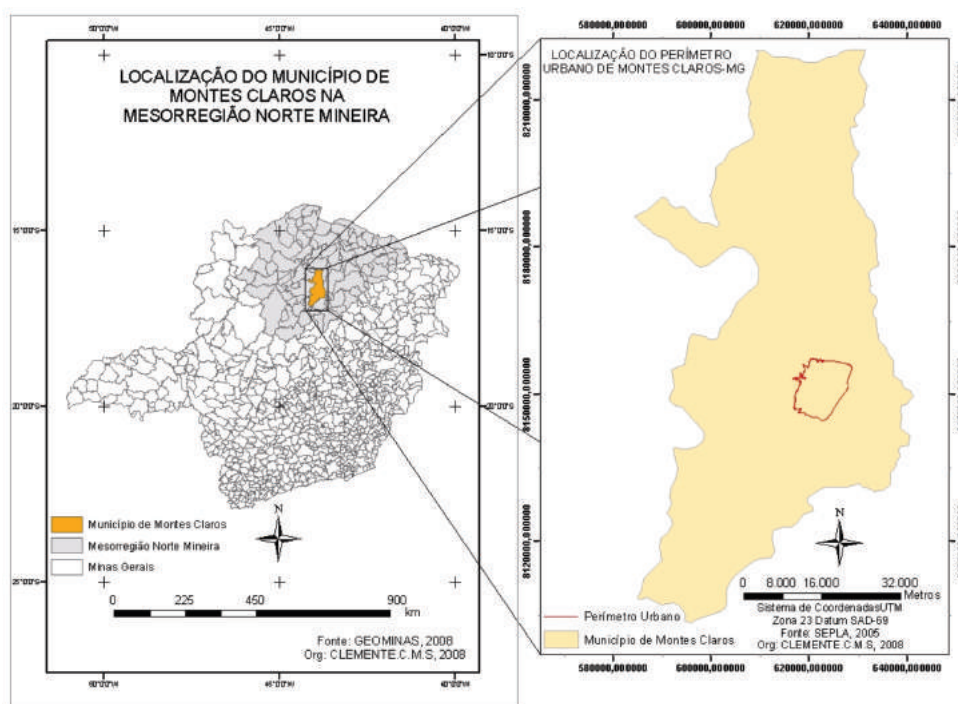
Sendo assim, a definição de espaço rural com a qual mais nos identificamos é formulada por RUA nos seguintes termos:

O rural será compreendido como espaço incorporado/incorporador ao/ do processo geral de urbanização; integrado ao urbano, mas guardando algumas especificidades (...) que são ‘oferecidas’, ‘descobertas’, ‘exploradas’ como ‘atrações locais’(...). Por outro lado, tem a sua participação intensificada em circuitos e redes sobre as quais não tem poder de decisão (circuitos de circulação, redes logísticas e informacionais). Novas atividades e funções do rural (...) além do importante papel da aposentadoria rural ou o trabalho a domicílio, por exemplo, marcam estas novas formas de integração rural-urbana com distinções cada vez mais difíceis de serem estabelecidas entre essas duas espacialidades. (RUA, 2001, p.35)

Dessa forma, a abordagem que melhor expressa, a nosso ver, as transformações espaciais da cidade de Montes Claros (ou a relação campo-cidade no município) é a que concebe a presença do fenômeno urbano em áreas rurais e vice-versa. Isso não significa que o rural será eliminado ou que devemos entender o rural a partir da supressão do urbano. Portanto, existem urbanidades no meio rural que permitem o surgimento de espaços mistos.

Para iniciar nossas análises no município, é preciso lembrar que Montes Claros (Figura 1) se estabelece como pólo regional a partir da “implosão-explosão” (Lefebvre, 2002) da política de desenvolvimento implantada na década de 1960 pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Essa política determinou a modernização do campo a partir de grandes projetos agropecuários e de irrigação, o incentivo a monocultura (eucalipto e pinus) e a instalação de indústrias em algumas cidades da região.

A SUDENE trouxe, a partir do discurso do “desenvolvimento”, mudanças profundas nos espaços rural e urbano e aprofundamento dos problemas sociais, espaciais e ambientais regionais.



**Figura 1:** Localização do município e do perímetro urbano de Montes Claros/MG  
**Fonte:** Adaptada de GEOPROCESSAMENTO EM MINAS GERAIS-GEOMINAS (2008).

A Figura 1 mostra a localização do município de Montes Claros em Minas Gerais e a delimitação do seu perímetro urbano. Sobre a política da SUDENE no município, Leite e Pereira (2004, p. 132) acrescenta que essa “divide Montes Claros agrária de Montes Claros urbana-industrial”. Em sua abordagem o autor expõe que um grande contingente populacional migrou para a cidade oriunda da zona rural e de outros

municípios do Norte de Minas em busca de trabalho, mas a maioria desses migrantes não tinham qualificação profissional. Essas pessoas geralmente se instalavam perto do distrito industrial. Com o passar do tempo foram surgindo aglomerações urbanas sem nenhuma infra-estrutura, as favelas<sup>5</sup> que destaca como consequência do intenso processo de urbanização.

Entretanto, no final da década de 1970 e meados da década de 1980, o município enfrenta novos desafios. Muitas empresas instaladas com incentivos da SUDENE fecharam suas portas, devido ao fim da isenção fiscal. Conseqüentemente, uma reserva de trabalhadores ficou a espera de novas oportunidades. Apesar das dificuldades em termos estruturais e políticos que acarretaram a diminuição dos incentivos à industrialização, Montes Claros conseguiu superar suas dificuldades através do crescimento de outras áreas da economia como o comércio, a agropecuária e a prestação de serviços (PEREIRA, 2007).

A cidade cresce não somente como pólo de negócios e serviços, mas também em áreas estruturais. A partir desse crescimento, torna-se necessário a criação do Plano Diretor que tem como objetivo atender as demandas sociais, econômicas e ambientais da cidade.

A elaboração das Políticas de Desenvolvimento do município passou a ser fato e materializou-se definindo diretrizes para melhor uso e ocupação do solo. Uma das ferramentas importantes foi o Estatuto da Cidade, idealizado na Constituição Federal que direcionou a implantação do Plano Diretor nas cidades com mais de 20 mil habitantes sendo Montes Claros, portanto parte dessa realidade.

### **O Planejamento urbano em Montes Claros: tendências e reflexões**

A política de planejamento urbano de Montes Claros teve início na década de 1980. Algumas obras marcam esse período como a construção da Avenida Deputado Esteves Rodrigues - Avenida Sanitária, o Mercado Central, a Rodoviária e a Lagoa do Interlagos. A intenção de tais obras, segundo João Guimarães<sup>6</sup> (2009) é melhorar a circulação viária e a estrutura da cidade. Desde então, as políticas de planejamento tem seguido os mesmos parâmetros, criar infra-estrutura em áreas centrais ou nobres da cidade, concentrando os investimentos nessas áreas.

Devemos destacar que apesar do longo período de tempo (1980-2010) e do ascendente crescimento urbano, as políticas de planejamento e estruturação parecem não cumprir seu papel no município. Para Rodrigues (1998, p. 111) o planejamento urbano muitas vezes “cria uma cidade real diferente da ideal”.

<sup>5</sup>A favela é caracterizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE como uma aglomeração urbana com mais de 50 domicílios sem infra-estrutura básica.

Na cidade real, o trânsito é caótico, em especial na região central da cidade; há problemas de crescimento de infra-estrutura básica (rede de água e esgoto) em grande parte dos bairros da região norte, leste e sul; há o crescimento de favelas nas proximidades das áreas nobres da cidade (região oeste) e a expansão desordenada da mancha urbana que passou de 97 Km<sup>2</sup> para 101 km<sup>2</sup> de 1999 a 2009 (LEITE, 2009, p.3).

Concordamos com o pensamento de Souza (2004, p. 53) que acredita ser um “planejamento mercadófilo”, ou seja, os instrumentos legais para o uso e ordenamento do solo não são prioridade, ao contrário, a economia se torna prioridade.

Com todos esses fatores aliados a especulação imobiliária, temos um retrato do setor habitacional do município, que é preocupante. O processo de crescimento do urbano sobre a área rural ou o alargamento do periurbano (franja rural-urbana), um processo “natural” na urbanização mundial, coloca em risco sócio-ambientalmente populações rurais que a pouco tempo atrás (antes do processo de modernização regional) contava com um estilo de vida próprio, que proporcionava um uso mais “racional” do ambiente. Os loteamentos de chácaras são a nova realidade em Montes Claros e esses são bem diversificados, atendendo a realidade econômica da população residente. O loteamento da comunidade de Cabeceiras, objeto de nossa discussão, é parte desse processo.

### **A comunidade rural de Cabeceiras entre o urbano e o rural: os conflitos com o meio ambiente**

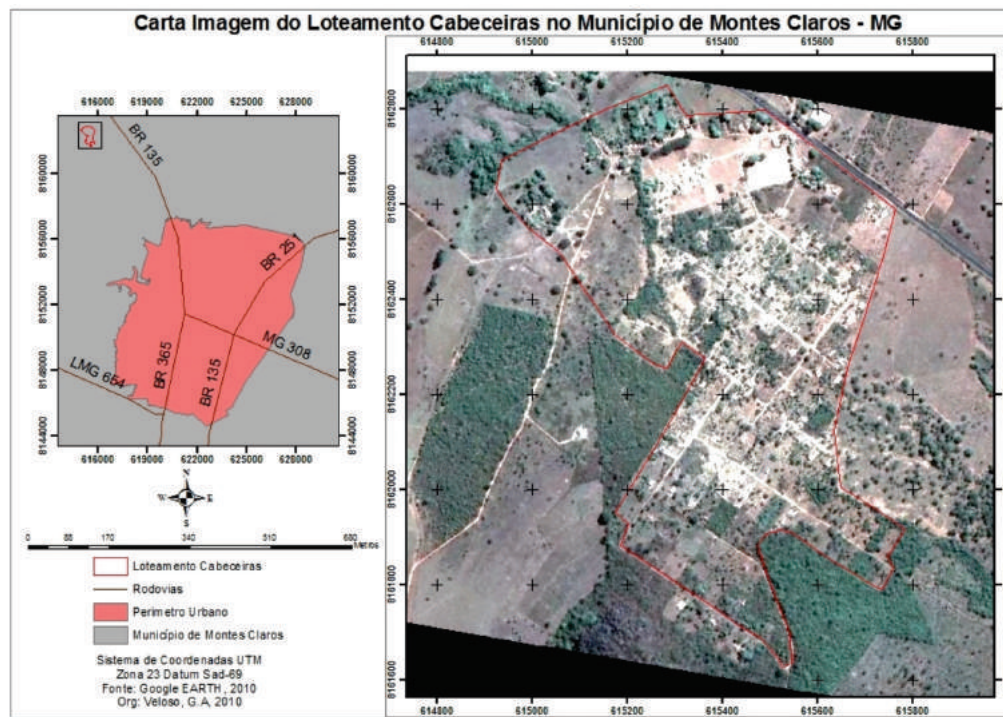
Atualmente, Montes Claros têm dez distritos municipais que são: Miralta, Vila Nova de Minas, Ermidinha, Panorâmica, Santa Rosa de Lima, Nova Esperança, São Pedro da Garça Aparecida do Mundo Novo, Canto do Engenho e São João da Vereda. Além dos dez distritos citados, existem várias vilas, povoados e comunidades que são dependentes das prestações de serviços da cidade de Montes Claros.

A comunidade Cabeceiras (Figura 2) está situada entre o município de Montes Claros e o distrito de Nova Esperança. Ela se localiza a margem esquerda da BR-135 aproximadamente a 10 Km<sup>2</sup> do centro da cidade. A comunidade passa por intensas transformações, a exemplo do que já foi discutido em âmbito regional, desde o processo de modernização implementado pela SUDENE que contribuiu para a expansão urbana.

---

<sup>6</sup>Entrevista concedida pelo Engenheiro João Guimarães, responsável pela área de planejamento urbano de Montes Claros/MG.





**Figura 2:** Loteamento de Cabeceiras no município de Montes Claros/MG

**Fonte:** Google EARTH, 2010

A Figura 2 demonstra a localização da comunidade de Cabeceiras no município de Montes Claros. Essa comunidade tem uma importância especial dentro desse contexto. Ela está localizada na sub-bacia do rio Pai João, que tem importância estratégica para a Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto de Minas Gerais (COPASA) responsável pelo abastecimento da cidade. Nas proximidades da comunidade existe uma ressurgência<sup>7</sup> natural, onde a COPASA capta a água. Segundo o Plano de Proteção e Preservação de Bacias Hidrográficas e Mananciais (1994) a jusante, especificamente na comunidade rural de Rebentão dos Ferros, localiza-se um sumidouro na confluência com o córrego Lapa Grande, principal tributário do rio Pai João.

Por ser uma área de importância ambiental para o município, descreveremos de forma rápida alguns aspectos que contribuíram para a riqueza hídrica da área. Conforme informações contidas no relatório do Plano de Proteção e Preservação de Bacias Hidrográficas e Mananciais (1994) a área em estudo encontra-se sob os domínios geológicos do calcário e do Grupo Bambuí onde apresenta relevo cárstico com domínio de rochas calcárias. Da comunidade de Cabeceiras em direção ao Rebentão dos Ferros (comunidade localizada a jusante) podemos dividir o relevo em 3 partes. O relevo ondulado a suave ondulado, afloramento rochoso e forte ondulado e ondulado.

Na área de influência das rochas calcárias, com relevo escarpado ou montanhoso, ocorrem afloramentos de rochas e solos litólicos eutróficos, aptos apenas para a preservação permanente. Nas encostas, onde há predominância do relevo ondulado, verifica-se a presença de podzólicos vermelhos escuros associados à cambissolos, ambos eutróficos e com aptidão regular para pastagens plantadas. Próximo à surgência desenvolve-se uma planície aluvionar com a presença de solos aluviais em relevo plano, cuja aptidão é boa para todos os manejos agropecuários. (COPASA, 1994, p.26)

Os solos são do tipo latossolos vermelho escuro. Associado a sua ocorrência está à vegetação de transição, onde se alternam manchas de cerrado e mata seca. A mata seca ocorre junto ao relevo cárstico e os cerrados ocupam as áreas de nascentes e margens de rio.

As áreas de relevo ondulado a suavemente ondulado são ocupadas predominantemente pela pecuária. O relatório do Plano de Proteção e Preservação de Bacias Hidrográficas e Mananciais (1994, p. 27) apresenta dados que demonstram que essa é uma atividade de propriedades de médio e grande porte (aproximadamente 8.000 ha) que fazem uso, em sua maioria, das pastagens naturais. Essa atividade ocupava até 1994 mais de 50% da área da comunidade.

A área destinadas às pastagens é de 2200 ha, enquanto que apenas 25 ha são destinadas para culturas anuais, com destaque para o milho que também é associado à formação de pastagens. A mata seca ocupa toda a região de relevo cárstico que corresponde a aproximadamente dois terços da bacia. O cerrado é encontrado nas cabeceiras e nas margens esquerda da sub-bacia do rio Buriti. (COPASA, 1994, p. 59)

Na paisagem atual (2010), verificamos que a vegetação esta bem conservada nas encostas e nas nascentes e margens de rio, mas nas áreas suavemente onduladas a onduladas, praticamente não há vegetação. Essa foi substituída pelo pasto, plantações e para o loteamento de chácaras (Figura 3).

---

<sup>7</sup>Ressurgência segundo o dicionário geológico-geomorfológico é uma fonte de água que aparece em terrenos calcários, sendo também chamada de fonte voclusiana (Vaucluse na França). Essas fontes são caracterizadas não apenas pela grande abundância de água, mas também por sua intermitência. Na maioria dos casos e na comunidade de Cabeceiras é um antigo curso de água sumido, que ressurgue. Estas fontes são também chamadas de fontes torrenciais.



**Figura 3:** No primeiro plano, pastagem plantada em área suavemente ondulada. Ao fundo, loteamento Recanto dos Pequizeiros.

**Autor:** PINHEIRO, F. S., maio/2010

Durante o trabalho de campo foi possível observar que o nome dos lugares estão relacionados a água ou ao seu percurso. A comunidade de Cabeceiras recebe esse nome por ter uma nascente na propriedade de seu Tiãozinho (camponês). Segundo J. M. G. P. e I. A. G. (camponeses), moradores antigos da comunidade, as pessoas que moravam na redondeza (Nova Esperança) iam para as Cabeceiras para lavar roupa, pois ali havia um poço profundo e o córrego era corrente o ano todo. Além disso, lá se produzia mandioca, farinha, rapadura e goma vendidos semanalmente na feira em Montes Claros. O depoimento do casal de agricultores demonstra que em Cabeceiras havia uma identidade, uma cultura própria. A produção artesanal de farinha, goma e as festas como a Folia de Reis faziam parte dessa cultura.

Pudemos constatar nas entrevistas realizadas nos meses de fevereiro a abril de 2010, que as famílias Gonçalves, Ribeiro e Braga fundaram a comunidade. Mais tarde esses e outros antigos proprietários repartiram suas terras para seus herdeiros e esses continuaram a produzir nos minifúndios de base familiar. Além dos proprietários de terras, haviam moradores originários de outras partes do Norte de Minas que se

mudaram para a comunidade para trabalhar em fazendas maiores e que mais tarde adquiriram pequenas extensões de terra aprendendo e reproduzindo tradições culturais como a folia de reis.

Conforme Carneiro (1967), as definições sociológicas de comunidade tendem a se referir a estrutura, como por exemplo, pequenos povoados, conjuntos de moradias planejadas ou área comercial. Entretanto, quando se refere a um conceito funcional, baseado na realidade dos moradores e existindo uma base comum para as variedades de estrutura o sentido de comunidade se faz amplo. “Comunidade é o sentido do bem comum que uma localidade ou população pode ser ajudada a alcançar.” (CARNEIRO, 1967, p. 88)

Portanto, pensar o espaço de Cabeceiras enquanto comunidade, exige de nós um resgate histórico no intuito de compreender o processo de transformação sócio-espacial a partir da sua relação com a cidade de Montes Claros.

A partir das influências do urbano e com o declínio da agricultura camponesa de base familiar para fins de autoconsumo, percebemos que os impactos negativos que essa área de fragilidade ambiental havia sofrido desde o período de colonização com a pecuária bovina e a eucaliptocultura foram agravadas pela chegada da estrutura dos loteamentos. As “rupturas” culturais se tornaram ainda mais relevantes e surgem as “urbanidades no rural”.

Historicamente, a política de crédito do período de 1970-1980 contribuiu para a substituição da policultura pela monocultura. O milho, o arroz, a mandioca, a cana-de-açúcar e pecuária (em pequenas extensões) praticada pelos camponeses foram substituídas pela prática pecuária extensiva de corte dos grandes fazendeiros. Esse foi o início do êxodo na comunidade.

Outros agricultores produtores de farinha, goma, rapadura e legumes, que destinavam sua produção para as feiras semanais em Montes Claros, deixaram de produzir devido à dificuldade de se conseguir mão-de-obra para ajudar na produção. Outro ponto relevante foi a mudança introduzida em toda a região Norte de Minas que transformou a agricultura camponesa em agricultura moderna que introduziu os pesticidas, herbicidas, fertilizantes, sementes híbridas (produtos do pacote tecnológico da Revolução Verde), entre outros, que mudou radicalmente a forma do camponês agricultar a terra, e exigia dele investimentos no campo que não foram realizados via dinheiro oficial e barato como aconteceu na pecuária e com o grande produtor. O resultado foi que a policultura foi substituídas por grandes extensões de pastagens, e os camponeses migraram para a cidade vendendo suas terras para os grandes fazendeiros e demais empreendedores.

A partir da década de 1990 os novos proprietários de terras encontraram um negócio lucrativo em uma região onde a urbanização é ascendente, o loteamento. Os novos proprietários entram no negócio dividindo seus minifúndios. Entretanto, conforme informações do 3º Cartório de Ofícios de Montes Claros, apenas um proprietário legalizou sua propriedade de 15 ha para uso urbano, o Sr. L. P. (proprietário rural, 90 anos). Os demais não têm a licença da prefeitura de Montes Claros para o empreendimento.

Os impactos sociais e ambientais para a comunidade foram profundos e aparentes na paisagem. As novas residências são muito diferentes dos padrões da comunidade e seguem o estilo das residências urbanas apenas com uma diferença: essas podem ser amplas por contar com a disponibilidade de terreno que na cidade custaria muito caro. As casas são planejadas, contam com eletrodomésticos, rede de água e esgoto e são construções mais sofisticadas.

A paisagem da comunidade começa a se modificar (Figura 4) com os loteamentos, que significam as urbanidades no rural. Por outro lado, temos um processo ao qual chamaremos de “desenvolvimento” da comunidade, isso significa que nenhuma sociedade é estática, ou culturalmente estática. As sociedades se modificam e se desenvolvem, o que acarreta conflitos que perpassam pelas questões da tradição do lugar e os novos costumes que se expressão através das relações de vizinhança, das festas locais e nas novas formas de lidar com o ambiente



**Figura 4:** O contraste da paisagem em Cabeceiras, a esquerda construção de um antigo morador, à direita novas construções do loteamento.

**Autor:** PINHEIRO, F. S., maio/2010

Esse “desenvolvimento” não implica em uma transformação do espaço rural em urbano. Significa que conflitos surgiram e o resultado será uma nova comunidade ou uma adaptação da comunidade.

*“Os conflitos surgem na relação entre novos e antigos moradores que querem mudar as tradições das festas religiosas, a maneira de tratar os vizinhos, a forma como se pratica a religiosidade na comunidade, e outras coisas...”* (V. G, moradora da comunidade)

O novo morador do ambiente rural procura consorciar os aspectos positivos oriundos do processo de industrialização e a nostalgia das comunidades rurais ou a mística rural (em geral com sentido religioso). “Ninguém procura os aspectos negativos da industrialização - água e ar poluídos, delinquência juvenil, favelas e muitos outros males da cidade.” (CARNEIRO, 1967, p. 89).

*“(...) os moradores da comunidade (que moram no loteamento) vieram do Eldorado. Isso quer dizer que eles buscam a parte boa de se morar no campo, o ar puro, a tranqüilidade, o contato com a natureza.”* (V.G, moradora da comunidade)

Desse fluxo populacional campo-cidade-campo poucos retornam, mas aqueles que tentam resgatar suas raízes, passam a viver um mundo “pseudo-rural”, atreladas as amenidades da cidade (shopping, restaurantes, lazer) com a tranqüilidade e os costumes do ambiente rural, como por exemplo as comidas típicas, as festas religiosas, o ar puro, a beleza da paisagem.

Outra tendência dessa “nova” realidade consiste no morador da comunidade rural ir a cidade somente para trabalhar e usufruir das amenidades que essa o oferece como o shopping, o comércio e o lazer, mas ele retorna diariamente.

Todas as “novidades” e “novos” usos do rural nos leva a análise de que áreas de fragilidade ambiental são colocadas em risco sem o planejamento adequado (estudos de impactos ambientais), pois há impactos profundos no ambiente.

A comunidade de Cabeceiras é uma dessas áreas, pois está localizada nas proximidades da área de recarga da sub-bacia do Pai João. Possivelmente, com o loteamento, sem infra-estrutura de esgoto e ocupação desordenada do solo, poderá ocorrer no futuro o comprometimento de cursos d’água, devido ao desmatamento indiscriminado, ao barramento de rios e perfuração de cisternas e poços artesianos para o abastecimento sem estudos prévios.

A Associação de Moradores em parceria com a Prefeitura de Montes Claros, abriram um poço artesiano e a água é bombeada para uma caixa d’água que posteriormente

é distribuída aos moradores do loteamento.

Entretanto, os moradores do loteamento utilizam-se de outras fontes de água como cisternas e córregos, pois a comunidade está localizada sobre um área rica em recursos hídricos. Nesse sentido, devemos analisar que esses mesmos moradores que se utilizam da abundância de água e da exuberância natural do ambiente, polue e degrada a área por não haver num tipo de controle dos órgãos competentes quanto ao tratamento ou disposição adequado do esgoto sanitário ou das moradias que são construídas de forma desordenada.

### **Considerações finais**

Através desse trabalho podemos inferir que as políticas públicas da cidade de Montes Claros deixam a desejar quanto ao uso do solo urbano. Os projetos e políticas de planejamento urbano no município costumam não dar certo porque são direcionados a um determinado segmento da sociedade impossibilitando a grande parte da população de desfrutar de uma infra-estrutura digna.

Nesse sentido, há um crescimento desordenado da cidade para áreas rurais através da expansão dos loteamentos que vendem aos futuros proprietários o sonho de uma moradia estruturada e com o apelo ao bucolismo do rural.

Assim, se constroem realidades como da comunidade de Cabeceiras. Por um lado há o descaso com os pequenos agricultores que são “obrigados” a deixar de produzir e de outro um abandono das políticas públicas urbanas que permitem o uso e ocupação do solo de áreas de fragilidade ambiental sejam loteados sem nenhum estudo ou licenciamento.

Há então, uma eminente necessidade de que as autoridades competentes tomem providências para embargar esses loteamentos. As políticas públicas precisam ser coerentes e pensadas a partir das necessidades dessa comunidade, envolvendo todos os aspectos que regem a questão: socioambientais, econômicos, culturais.

É preciso que haja novos estudos sobre essa realidade, valorizando a comunidade enquanto área estratégica do ponto de vista ambiental para a cidade de Montes Claros e com uma cultura única, que conta um pouco da história da região Norte de Minas.

### **Referências**

AFONSO, P. C.S., PEREIRA, A. M. O processo de urbanização norte-mineiro: um perfil dos pequenos municípios. In: II SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO NO BRASIL, 2009, Brasil. **Anais do Simpósio Nacional O Rural e o Urbano no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, 2009, p. 1-15.



BERNADELLI, M.L.F. H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E.B., WHITACKER, A.M. (org). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e rural**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CARLOS, A. F. **A Cidade: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?** São Paulo: Contexto, 1997.

CARNEIRO, M. D.; BIDDLE, William W. e BIDDLE, Loureide J. **Desenvolvimento da Comunidade: a redescoberta da iniciativa local**. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

COMPANHIA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS DE MINAS GERAIS – COPASA. Plano de proteção e preservação de bacias hidrográficas e mananciais utilizados para abastecimento de água. Dezembro de 1994.

DUARTE, R. G. **A Geografia no Ensino Básico frente aos novos cenários rurais e urbanos na América Latina**. Disponível em: [http://egal2009.easyplanners.info/area03/3092\\_Duarte\\_Ronaldo.doc](http://egal2009.easyplanners.info/area03/3092_Duarte_Ronaldo.doc). Acesso em: 31/08/2010.

ENDLICH, A. M. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E.B., WHITACKER, A.M. (org). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e rural**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LEITE, M.E. **Geoprocessamento Aplicado ao Estudo do Espaço Urbano: o caso da cidade de Montes Claros/MG**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, 2007.

\_\_\_\_\_; LEITE, M. R.; CLEMENTE, M.S. **Geotecnologias e Gestão Urbana: uma aplicação na identificação de terrenos públicos municipais**. Acesso em 15/09/2010. Disponível em: [http://egal2009.easyplanners.info/area04/4066\\_leite\\_marcos.doc](http://egal2009.easyplanners.info/area04/4066_leite_marcos.doc).

\_\_\_\_\_; PEREIRA, A. M. A expansão urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização. In: PEREIRA, A M; ALMEIDA M. I. S. de (Org.). **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2004, p. 130.

\_\_\_\_\_. **Cidade Média e Região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, 2007.

RODRIGUES, Arlete M. **Produção e consumo no espaço: problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SILVA, J.G. **O novo rural brasileiro**. Acesso em 01/09/2010. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/O\\_novo\\_rural\\_brasileiro.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf).

SILVA, W.R. Reflexões em torno do urbano no Brasil. In: SPOSITO, M. E.B., WHITACKER, A.M. (org). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e rural**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G.B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. 136 p.: (Sociedade, espaço e tempo).

RUA, J. Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações Teóricas. In: MARAFON, G. et al (orgs). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 27-42.

\_\_\_\_\_. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. In: MARAFON, Glaucio et al (orgs). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, p. 271-298.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E.B., WHITACKER, A.M. (org). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e rural**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VEIGA, J.E. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. **Acesso em: 09/09/2010. Disponível em:** [http://www.zeeli.pro.br/Livros/%5B2002%5Ddo\\_crescimento\\_agricola\\_ao\\_desenvolvimento\\_rural.htm](http://www.zeeli.pro.br/Livros/%5B2002%5Ddo_crescimento_agricola_ao_desenvolvimento_rural.htm).

**Recebido para publicação em agosto de 2010  
Aceito para publicação em dezembro de 2010**